

"Um espaço de memória e resistência". Assim o governador de Minas Gerais, [Fernando Pimentel](#), definiu a transformação do prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em Belo Horizonte, no Memorial dos Direitos Humanos Casa da Liberdade. O projeto para a implementação do novo espaço foi apresentado nesta segunda-feira (9/4) durante cerimônia no Palácio da Liberdade.

"Eu achava, com sinceridade, que aquele seria um espaço de memória de reconstrução da história, do compartilhamento daquilo que foi feito, de informação, um espaço até pedagógico. Mas agora eu tenho a sensação de que também será um espaço de resistência. Lá, nós vamos resistir, nós vamos debater, vamos refletir, vamos organizar manifestações necessárias, para que esta escalada antidemocrática que o Brasil está vivendo tenha paradeiro", defendeu o governador em seu discurso.

A escolha do prédio do antigo Dops, localizado na Avenida Afonso Pena, 2.351, no bairro Funcionários, para abrigar o memorial, tem uma grande representação simbólica. Durante o regime militar, o local foi palco de práticas de repressão e tortura a perseguidos pela ditadura.

Fernando Pimentel lembrou que, há mais de 40 anos, cumpriu pena no local e que, hoje, como governador, tinha como objetivo transformar o espaço em um equipamento público de resgate da história mineira.

"Passando pelo Dops, fui testemunha dos abusos que eram praticados desde 1973, nos anos de chumbo da ditadura militar. Muitos anos se passaram, muitos governos se sucederam, mas foi preciso que o povo mineiro tivesse eleito um ex-presos político para que finalmente a gente se apropriasse de forma adequada daquele local. Eu gostaria de falar que tenho orgulho, mas não tenho. Se esse orgulho existir, ele é coletivo, é compartilhado por nós todos, pela nossa geração, por aqueles que resistiram e pelas gerações que estão chegando e sabem reconhecer a luta dos que resistem", relembrou.

Para finalizar, o governador ainda destacou que o espaço será importante para a luta e defesa da democracia brasileira. "A essa altura, está mais do que claro que que nós estamos num roteiro de construção do fascismo no país. Os eventos são abundantes, culminando com essa prisão do ex-presidente Lula de forma arbitrária, absurdamente ilegal, fruto de uma sentença jurídica frágil e equivocada, de um processo cheio de irregularidades e, o mais absurdo, um mandado de prisão totalmente ilegal. Porque ele não cumpre e não preserva os prazos de recursos que a lei assegura a qualquer cidadão. Quando alguém diz assim, 'mas a lei é para todos', eu concordo. Sim, a lei é para todos, menos para o ex-presidente Lula, que está preso de forma ilegal nesse momento em Curitiba", afirmou. Pimentel também lembrou os casos do assassinato da ex-vereadora do Rio de Janeiro,

Marielle Franco, e as prisões de membros de universidades federais do país.

O projeto

O memorial, que será aberto à visitação pública, irá oferecer à sociedade um equipamento coletivo com espaços museográficos, centro de pesquisa sobre a história política do país - com rico acervo documental produzido pelas agências de repressão, espaços para reuniões de grupos, associações e coletivos para a realização de eventos culturais, seminários, debates e apresentações artísticas. A implantação do memorial ainda tem como objetivo conscientizar os cidadãos sobre os acontecimentos do passado para evitar que eles caiam no esquecimento e não se repitam no futuro.

A professora da UFMG e coordenadora do projeto República, e que ajudou na elaboração da Casa da Liberdade, Heloísa Starling, explicou como o espaço será importante para a preservação da história da democracia mineira. “Teremos um centro de pesquisa onde vão ser abrigados arquivos da repressão em Minas, tanto da ditadura quanto no período do Estado Novo. Outro espaço vai abrigar as oficinas de criatividade, onde a ideia é que a universidade consiga trocar conhecimento com as comunidades e os coletivos de Minas Gerais. E ainda temos a proposta de uma exposição permanente, com o conceito de que em Minas Gerais são muitos os nomes da liberdade. Queremos conservar a história do Dops e dos fatos que ocorreram ali”, explicou.

Já o arquiteto que também trabalhou na elaboração do projeto do museu, Gringo Cardia, destacou que o principal desafio é adequar a comunicação às novas gerações, levando conhecimento a elas. “Vamos usar a interatividade para as pessoas pensarem e se posicionarem sobre os valores de justiça e cidadania. Vamos incentivar as ideias para o público a partir de oficinas de rap, poesia, e fazer da Casa da Liberdade um espaço público, um espaço para a família”, disse.

História

Ex-presa política, a psicóloga Emely Vieira Salazar relembrou com tristeza os momentos de tortura vividos por ela no local. “Eles achavam que os estudantes não poderiam ter opinião, que eram contra o país. Fui presa por denunciar torturas. E lá fui conhecer o que realmente era tortura. Pau de arara, choque elétrico, palmatória, tudo quanto é tipo de tortura eu passei. Muita gente não sabe o que foi a ditadura e dizem que ela pode voltar. Dizem isso porque não sabem o que é uma ditadura. E o povo precisa saber disso, principalmente a juventude”, relatou.

Para Nilcéa Moraleida Bernardes, também ex-presa política, o extinto Dops rememora os gritos da tortura e da repressão da época. “Quando voltei a ser presa, em 1974, uma coisa que me chamou atenção é que existia um revestimento acústico que em 1971 não tinha. Nessa época, eu ouvi, enquanto estava presa no subsolo onde ficam as celas, pessoas gritando horrores. Gente chegando para as celas em estado de morte iminente”, relembrou.

O espaço

Tombado pelos patrimônios municipal e estadual (foi tombado pelo Iepha-MG em dezembro de 2015), todas as propostas de intervenção física no edifício serão desenvolvidas segundo as diretrizes estabelecidas pelos órgãos municipal e estadual de proteção ao patrimônio. Do mesmo modo, a definição dos temas e modos de abordar os diferentes assuntos será desenvolvida a partir de um minucioso levantamento histórico, baseado em pesquisas documentais, em depoimentos das vítimas e em debates com representantes de políticas de reparação simbólica.

O local passará por reforma emergencial, sob a responsabilidade do [Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais \(Iepha-MG\)](#) e ficará administrativamente submetido à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac).

Presenças

Também participaram do lançamento os secretários de Estado de [Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania](#), Biel Rocha; de [Cultura](#), Angelo Oswaldo; de [Planejamento e Gestão](#), Helvécio Magalhães; de [Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável](#), Germano Vieira; de [Desenvolvimento Agrário](#), Alexandre Chumbinho (interino); o presidente da [Codemge](#), Marco Antônio Castello Branco; a presidente do Iepha-MG, Michele Arroyo; o [controlador-geral do Estado](#), Eduardo Lima; o presidente da [MGS](#), Carlos Vanderley; o presidente do [Ipsemg](#), Hugo Vocurca; o presidente da [Empresa Mineira de Comunicação](#), Elias Santos; e o presidente da [Fundação Clóvis Salgado](#), Augusto Nunes.

Ainda compareceram a reitora da UFMG, Sandra Goulart, a [defensora pública do Estado](#), Christiane Neves Procópio Malard, os deputados federais Odair Cunha e Jô Moraes, os deputados estaduais Marília Campos e Rogério Correia, o coordenador da Comissão da Verdade, Robson Sávio, o cineasta Helvécio Ratton, além de representantes da Prefeitura de Belo Horizonte, da Câmara Municipal e lideranças ligadas aos direitos humanos.